



INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Instrumentalidade do Serviço Social objetiva a compreensão das políticas sociais nas políticas públicas na instrumentalidade do serviço social e também o serviço social e competências profissionais do assistente social na instrumentalidade do serviço social. O curso, objetivando oferecer estas bases teóricas e metodológicas para o efetivo estudo do serviço social e competências profissionais do assistente social para a instrumentalidade do serviço social. Assim, os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área bem como os fatores externos e internos associados ao serviço social e competências profissionais do assistente social para a instrumentalidade do serviço social.

OBJETIVO

- Promover a formação de especialistas capazes de transmitir informações atualizadas, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, comprometido com sua inserção no processo de desenvolvimento político-cultural e socioeconômico do país, propiciando a formação, em nível de Especialização, profissionais para a atuação na análise, avaliação e formulação (e/ou elaboração de projetos) do serviço social e das competências profissionais do assistente social para a instrumentalidade do serviço social. Específicos: • Permitir a compreensão dos processos sociais e de gestão pública, para atuarem como fatores de mudança social e no serviço social e nas competências profissionais do assistente social para a instrumentalidade do serviço social. • Capacitar servidores públicos para a gestão estratégica de políticas de proteção e desenvolvimento social, aprimorando habilidades para trabalhar no âmbito dessas políticas sob distintos arranjos institucionais e contextos políticos na instrumentalidade do serviço social; • Formular soluções e propostas no âmbito do planejamento, implementação e avaliação de políticas e programas de proteção social para instrumentalidade do serviço social; • Propor soluções para o diálogo e integração entre órgãos e setores relacionados à proteção social para a instrumentalidade do serviço social.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativa na Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?
A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

4510	História do Serviço Social no Brasil	60
------	--------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Linhas básicas da História do Serviço Social No Brasil; Memória: 80 Anos do Serviço Social No Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979; O Serviço Social - Contextualização Histórica; Antecedentes do congresso da virada; O "Congresso da Virada" - III CBAS – 1979; 80 anos do Serviço Social Brasileiro: Conquistas históricas e desafios na atual conjuntura; Breve reflexão sobre a conjuntura em curso; Conquistas Históricas e Desafios na Atual Conjuntura; Fundamentos Históricos do Serviço Social no Brasil: os Caminhos da Renovação; 80 Anos do Serviço Social no Brasil: Marcos Históricos Balizados nos Códigos de Ética da Profissão; A Profissão de Serviço Social no Capitalismo Contemporâneo: Reflexões Sobre os Marcos Fundantes e a Gênese da Profissão no Brasil; As Transformações; O Serviço Social aos 80 anos diante de um Novo Brasil; Projeto Ético-Político do Serviço Social: sua Caracterização; Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa História Profissional; Uma Reflexão Sobre as Protoformas Laicas do Serviço Social; Serviço Social, Feminismo e Percepções da Sua Primeira Geração; Dona Ivone Lara: o Cuidar Particularidades dos Códigos de Ética Profissional na Trajetória do Serviço Social Brasileiro: de 1947 a 1993; O Serviço Social Brasileiro Na Entrada do Século XXI: Considerações Sobre o Trabalho Profissional; Problematização Inicial; O Trabalho do Assistente Social na Entrada do Século XXI: Dilemas, Desafios e Tendências; Algumas Considerações e Recomendações.

OBJETIVO GERAL

Especializar em História do Serviço Social No Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar os aspectos da História do Serviço Social No Brasil; Conceituar a complexidade das conquistas históricas e dos desafios na atual conjuntura; Relacionar os estudos acerca do Serviço Social aos 80 anos diante de um Novo Brasil; Projeto Ético-Político do Serviço Social: sua Caracterização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

História do Serviço Social No Brasil; Memória: 80 Anos do Serviço Social No Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979; O Serviço Social - Contextualização Histórica; Antecedentes do congresso da virada; O "Congresso da Virada" - III CBAS – 1979; 80 anos do Serviço Social Brasileiro: Conquistas históricas e desafios na atual conjuntura; Breve reflexão sobre a conjuntura em curso; Conquistas Históricas e Desafios na Atual Conjuntura; Fundamentos Históricos do Serviço Social no Brasil: os Caminhos da Renovação; 80 Anos do Serviço Social no Brasil: Marcos Históricos Balizados nos Códigos de Ética da Profissão; A Profissão de Serviço Social no Capitalismo Contemporâneo: Reflexões Sobre os Marcos Fundantes e a Gênese da Profissão no Brasil; As Transformações; O Serviço Social aos 80 anos diante de um Novo Brasil; Projeto Ético-Político do Serviço Social: sua Caracterização; Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa História Profissional; Uma Reflexão Sobre as Protoformas Laicas do Serviço Social; Serviço Social, Feminismo e Percepções da Sua Primeira Geração; Dona Ivone Lara: o Cuidar Particularidades dos Códigos de Ética Profissional na Trajetória do Serviço Social Brasileiro: de 1947 a 1993; O Serviço Social Brasileiro Na Entrada do Século XXI: Considerações Sobre o Trabalho Profissional; Problematização Inicial; O Trabalho do Assistente Social na Entrada do Século XXI: Dilemas, Desafios e Tendências; Algumas Considerações e Recomendações.

REFERÊNCIA BÁSICA

AROUZO, M. Entrevista Maria Amélia Arouzo. In: LABELLE, I. G. Memória dos pioneiros do Serviço Social no Brasil: gerações formadas na década de 30 a 50 [Relatório parcial de pesquisa]. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2015. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS). O processo de formação profissional do assistente social. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, n. 1, 2012. _____; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL (CEDEPSS). Formação profissional: trajetórias e desafios. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, n. 7, edição especial, 2013. BACKX, S. Serviço Social: reexaminando sua história. Rio de Janeiro: AS, 2014. LIMA, A. A. Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma época. São Paulo: Cortez,

2013. LIMA, L. G. Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial. In: SILVA, G. V. et al. (Orgs.). História, mulher e poder. Vitória: Edufes, 2010. LIMA, R. de L. de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ABREU, M. H. E; MELIM, J. I; SANTOS, C. M. dos. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez, 2011. ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XXV, n. 79, especial 2014. AGUIAR, A. G. Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011. ALMEIDA, J. S. Os paradigmas da submissão: mulheres, educação e ideologia religiosa - perspectiva histórica. In: SILVA, G. V. et al. (Orgs.). História, mulher e poder. Vitória: Edufes, 2014. ALMEIDA, N. L. T. de A; RODRIGUES, M. C. P. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. In: Pereira, L. D & ALMEIDA, N. L. T. Serviço Social e Educação. Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. ANUNCIAÇÃO DE SOUZA, J. M. Tendências ideológicas do conservadorismo. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. BARATA, J. T. Da Barbárie ao paraíso. Revista Inscrita, Brasília, não 8, n.12, 2009. BARROCO, M. L. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2011. BARROCO, M. L. Os fundamentos sócio-históricos da ética. Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social, Módulo 2. Brasília: Cead/UnB-CFESS-ABEPSS, 2009. BURNS, M. Nasci para sonhar e cantar. Rio de Janeiro: Record, 2009. CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013. CASTRO, M. M. História do Serviço Social na América Latina. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011. CFESS. Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. CFESS, Brasília, maio 2015. CHAUI, M. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012. CORRÊA, M. A cidade dos menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, M. C. História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez. 2009. CYTRYNOWICZ, R. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. VII, n. 1, p. 73-91, mar./jun. 2011. FALEIROS, V. de P. Globalização, correlação de forças e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2013. FERREIRA, M. G. L. N. In: CPDOC/MINISTÉRIO PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Secretaria de Estado de Assistente Social. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018. FIGUEIREDO, A.; LIMONGE, F. As bases do presidencialismo de coalizão. Lua Nova, São Paulo, n. 44, 2010. FORTI, V. Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PERIÓDICOS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional dos assistentes sociais 2015. Brasília: CFESS. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2018.

4509	O Serviço Social e a Atuação Profissional	30
------	-------------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

O Serviço Social e a atuação profissional; Serviço Social e Desastres: Campo para o Conhecimento e a Atuação Profissional; A Abordagem dos Desastres; Estratégias de Gestão dos Desastres; Serviço Social e Desastres; Serviço Social e Saúde; Crise do Capital e Desmonte da Seguridade Social: Desafios (Im)Postos ao Serviço Social; Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e suas inflexões no mundo do trabalho: como beber dessa bebida amarga?; Os Governos Lula e Dilma; O Governo Temer e a aplicação do receituário neoliberal: vimos emergir o monstro da lagoa; Desafios (Im)postos ao serviço social: atordoado eu permaneço atento!; Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo; O Precariado: um Convite ao Debate; A Atuação da/o assistente social nos casos de alienação parental; Estado, questão social, políticas sociais: as bases de legitimação e a dimensão teórico-metodológica da profissão; A Construção de um projeto ético-político da profissão e a ultrapassagem do conservadorismo; O Exercício profissional, o estudo ou perícia social em casos de alienação parental e a dimensão técnico-operativa da profissão; Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do serviço social; Penalização e criminalização das classes subalternas e de seus processos político-organizativos no contexto da crise do capital; Planejamento Estratégico: a Cidade Como Mercadoria; A Cidade em disputa: organizações e movimentos sociais das classes subalternas e o projeto profissional do serviço social.

OBJETIVO GERAL

Especializar em serviço social e a atuação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar os aspectos do Serviço Social e da Atuação Profissional; Conceituar a complexidade do Serviço Social e Saúde; Crise do Capital e Desmonte da Seguridade Social: Desafios (Im)Postos ao Serviço Social; Relacionar os estudos acerca da atuação da/o assistente social nos casos de alienação parental; Estado, questão social, políticas sociais: as bases de legitimação e a dimensão teórico-metodológica da profissão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Serviço Social e a Atuação Profissional; Serviço Social e Desastres: Campo para o Conhecimento e a Atuação Profissional; A Abordagem dos Desastres; Estratégias de Gestão dos Desastres; Serviço Social e Desastres; Serviço Social e Saúde; Crise do Capital e Desmonte da Seguridade Social: Desafios (Im)Postos ao Serviço Social; Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e suas inflexões no mundo do trabalho: como beber dessa bebida amarga?; Os Governos Lula e Dilma; O Governo Temer e a aplicação do receituário neoliberal: vimos emergir o monstro da lagoa; Desafios (Im)postos ao serviço social: atordoado eu permaneço atento!; Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo; O Precariado: um Convite ao Debate; A Atuação da/o assistente social nos casos de alienação parental; Estado, questão social, políticas sociais: as bases de legitimação e a dimensão teórico-metodológica da profissão; A Construção de um projeto ético-político da profissão e a ultrapassagem do conservadorismo; O Exercício profissional, o estudo ou perícia social em casos de alienação parental e a dimensão técnico-operativa da profissão; Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do serviço social; Penalização e criminalização das classes subalternas e de seus processos político-organizativos no contexto da crise do capital; Planejamento Estratégico: a Cidade Como Mercadoria; A Cidade em disputa: organizações e movimentos sociais das classes subalternas e o projeto profissional do serviço social.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução n. 109 de 11 nov. 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 nov. 2009, Brasília. BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, Opas, OMS, Ministério da Saúde, 2007. BRAZ, Marcelo. Marx, 1848-1864: a unidade e o internacionalismo proletários. Novos Temas. Revista de debates e cultura marxista, São Paulo, n. 11, 2014a. _____. As formas atuais das lutas de classe e a questão do mediador universalizante. Revista de Políticas Públicas, São Luís, número especial, 2014b.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AYSAN, Y. "Os pisos no âmbito do vulnerável": redução de desastres como uma estratégia para reduzir a pobreza. Apresentado no Banco Mundial, Grupo Consultivo para a Redução de Desastres Globais. Reunião: 1-2/6/1999, Paris. Disponível em: . Acesso em: 11 fev. 2018. BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. Código de ética do/a assistente social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do trabalho). BEHRING, Elaine R. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. _____. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISCHER, T. (Org.). Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1997. BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. O financiamento da Seguridade Social no Brasil no período 1999 a 2004: quem paga a conta? In: MOTA, Ana Elizabete Simões da et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, Opas, OMS, Ministério da Saúde, 2007. BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do trabalho). _____. A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda, 2015. BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90. Cadernos Mare, n. 1, Brasília, 1997. _____. Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930 - 1967. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. BUHL, K.; KOROL, C. Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg, 2008.

PERIÓDICOS

CFESS Manifesta. Seminário Nacional de Serviço Social e a questão urbana no capitalismo contemporâneo. Brasília, out. 2011. Disponível em: . Acesso em: 10 mar. 2018.

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PESQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

APRESENTAÇÃO

Exclusão social; vulnerabilidade social e risco pessoal; indicadores sociais; projeto social: conceito, dinâmica dos projetos, ciclo de projetos. Ferramenta teórica para a elaboração e avaliação de programas e projetos sociais. Elaboração de projetos: identificação do problema; diagnóstico; formulação do projeto; fatores de risco; indicadores; gerenciamento de programas e projetos sociais; sistema de monitoramento e avaliação.

OBJETIVO GERAL

- Discutir e analisar os principais aspectos da exclusão social, percebendo-se as diferenças existentes na sociedade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar os impactos da vulnerabilidade social e risco pessoal;
- Refletir sobre as perspectivas teóricas e práticas atuais para a elaboração e avaliação de programas e projetos sociais;
- Compreender o sistema de monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EXCLUSÃO SOCIAL CONCEITOS E NOÇÕES OUTROS CONCEITOS DE EXCLUSÃO SOCIAL FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL DIMENSÕES DA EXCLUSÃO SOCIAL FATORES DA EXCLUSÃO SOCIAL EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL RESISTÊNCIA CONSERVADORA A EXCLUSÃO SOCIAL E A ESCOLA VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL O QUE É VULNERABILIDADE SOCIAL? RISCO SOCIAL: CONSEQUÊNCIA DA VULNERABILIDADE SOCIAL VULNERABILIDADE/RISCO SOCIAL E EDUCAÇÃO INDICADORES SOCIAIS CONCEITO DE INDICADORES SOCIAIS CONSTRUÇÃO DE UM BOM INDICADOR INFORMAÇÕES QUE PODEM SER FORNECIDAS PELOS INDICADORES OS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS PROGRAMAS SOCIAIS PROJETOS SOCIAIS ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS Diferenças entre Projetos Sociais e Projetos Empresariais PROCESSO GERENCIAL E MONITORAMENTO AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS O que é avaliar? Tipos e modelos de avaliação INSTRUMENTOS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO Desenho Levantamento dos Dados e Informações Instrumentos para o Acompanhamento e a Avaliação CICLO DE VIDA DE PROJETOS SOCIAIS Etapas do Ciclo de Vida de Projetos Sociais

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARO, R. R. A Exclusão Social Hoje. Disponível em: . Acesso em: 6 Out. 2012. BUARQUE, C. A Revolução das Prioridades. Instituto de Estudos Econômicos (INESC), 1993. COSTA, A. B. Exclusões Sociais. 3.ed. Lisboa: Gradiv, 1998. DUBET, F. A Escola e a Exclusão. França, 2003. SPOSATTI, A. Mapa da Exclusão/inclusão na Cidade de São Paulo, EDUC, São Paulo, 1996.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ESTEBAN, M. T. Educação popular: Desafio à Democratização da Escola Pública. Campinas, 2007. GARCIA, R. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Texto para Discussão n. 776. Brasília: IPEA, 2001. GOLDSTEIN, I. S. Responsabilidade Social: das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007. HAKKERT, R. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte, ABEP, 1996. JANNUZZI, P.M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Allinea, 2004. MAXIMIANO, A. C. A. Administração de Projetos: Como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 1997. OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo, Atlas, 1998.

PERIÓDICOS

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.^a: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4^a. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9^a. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

APRESENTAÇÃO

Este Módulo reúne os tópicos da disciplina Gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias, em que se pretende traçar as linhas básicas da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação dos territórios quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; A política nacional de assistência social: matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

OBJETIVO GERAL

Especializar em Gestão dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral às Famílias.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar os aspectos da gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Conceituar a complexidade das ações das oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV, oficinas de esporte, lazer, arte e cultura, equipes de referência, unidades executoras e fluxo de encaminhamentos de usuários; Relacionar os estudos acerca dos grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A gestão dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias; Proteção e atendimento integral à família (PAIF); Os serviços de proteção e atendimento integral às famílias: PNAS, SUAS, CRES, PAIF, CRAS; A cartilha PAIF 2016 - articulação necessária na proteção social básica; A gestão territorial no processo de articulação entre os serviços; Esclarecendo as diferenças; Oficinas com famílias no PAIF e grupos do SCFV; Oficina no SCFV; Oficinas de esporte, lazer, arte e cultura (SCFV); Equipes de referência; Unidades executoras; Unidade executora do PAIF; Fluxo de encaminhamentos de usuários; O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a oficina de intervenção psicossocial; O PAIF e o trabalho com grupos no território; Um diálogo com a intervenção psicossocial; A pesquisa-ação e o grupo operativo; A oficina de intervenção psicossocial: uma proposta de articulação; A organização do trabalho com grupos na OIP; O trabalho com grupos na proteção social básica: contribuições a partir da OIP; Os formulários do cadastro único e o preenchimento do formulário do PAIF; A formação e os direitos sociais das famílias de diferentes grupos populacionais tradicionais e específicos; Famílias quilombolas; A identificação de origem quilombola; A identificação dos territórios quilombolas; O cadastramento das famílias quilombolas; O programa Brasil quilombola (PBQ); Famílias ciganas; Famílias indígenas; Os direitos dos povos indígenas no Brasil e as terras indígenas (TI); Proteção social; O cadastramento das famílias indígenas; Identificação de famílias de grupos específicos no cadastro único; Política nacional de assistência social: matricialidade sociofamiliar, descentralização e territorialização; Pessoas em situação de rua; O serviço especializado para pessoas em situação de rua; Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI); As principais consequências do trabalho infantil.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Capacitação: gestores sociais que mudam vidas pelo Brasil. Brasília: MDS, 2009. BRASIL. Desenvolvimento Social. Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. Guia de cadastramento de famílias indígenas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de famílias quilombolas. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010. BRASIL. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. 2 ed. rev. Brasília: MDS/SENARC, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena e Conselho Federal de Serviço Social (Organizador). Código de Ética do/a Assistente Social comentado. São Paulo: Cortez, 2012. BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. BRASIL. Como implantar. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Comunidades quilombolas (2011). Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. BRASIL. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. BRASIL. Manual de preenchimento do formulário suplementar 1 – vinculação a programas e serviços. Brasília: MDS/SENARC, 2009. BRASIL. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010.

PERIÓDICOS

BRASIL. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Res. 109/09. DOU 25 de novembro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018.

537	Captação de Recursos na Elaboração de Projetos Sociais	30
-----	--------------------------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Captação de recursos e sustentabilidade: parcerias; cooperação internacional; identificação de fontes financiadoras; a instituição e seus projetos: estatuto, missão, títulos e qualificações; noções básicas de negociação; oficina: negociação de projeto social, marco legal do terceiro setor; lei das OSCIP?s; responsabilidade social corporativa; mix de captação: instrumentos e meios para captar recursos; fontes financiadoras e critérios de financiamento; articulação e consolidação de parcerias; prestação de contas.

OBJETIVO GERAL

Especializar em informações sobre projetos como instrumento de captação de recursos sob o ponto de vista do elaborador e do financiador.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer captação de recursos para o terceiro setor: aspectos jurídicos; Explicar o desafio da sustentabilidade financeira e suas implicações no papel social das organizações da sociedade civil; Identificar fundações e organismos internacionais governo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS: EMPRESA JUNIOR ACHIEVEMENT PRINCÍPIOS GERAIS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PLANO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS ETAPAS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS ESTRATÉGIAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA JUNIOR ACHIEVEMENT CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O TERCEIRO SETOR:ASPECTOS JURÍDICOS ASSOCIAÇÕES E O CÓDIGO CIVIL CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA INICIATIVA PRIVADA ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA FUNDAÇÕES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS GOVERNO RECURSOS HUMANOS VOLUNTÁRIOS O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL A EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A LEGITIMIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS OSCS PROFISSIONALIZAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE OU AUTO-SUSTENTABILIDADE? ALGUMAS REFLEXÕES

REFERÊNCIA BÁSICA

ARMANI, Domingos. O Desenvolvimento Institucional como Condição de Sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p.17-33. _____ . Parceiros Relutantes? Governo e Organizações Voluntárias na Grã-Bretanha. Porto Alegre: Mimeo, 1996. ARMANI, Domingos & González, Roberto. Desafios ao Desenvolvimento Institucional na Rede PAD. Porto Alegre: PAD, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FOWLER, Alan. Striking a Balance – A Guide to Enhancing the Effectiveness of Non- Governmental Organisations in International Development. London: Earthscan, 1997. LANDIM, Leilah .As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil – Ocupações, Despesas e Recursos. Projeto Comparativo Internacional sobre o Setor Sem Fins Lucrativos, The Johns Hopkins University/ISER. Rio de Janeiro: Nau, 1999. VALDERRAMA, Mariano. El Fortalecimiento Institucional y los Acelerados Cambios en las ONG Latinoamericanas. ALOP, CEPES, 1998.

PERIÓDICOS

IÓRIO, Cecília. Mobilização de Recursos – Algumas Idéias para Debate. In: Aids e Sustentabilidade – Sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, Série C. nº 45, 2001, p. 53-57.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60
----	------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA

EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

548

Serviço Social e a Gestão de Políticas Públicas

30

APRESENTAÇÃO

Globalização da economia e as mudanças no mundo do trabalho; questão social; estado brasileiro e tendências na gestão de políticas públicas; ação social na contemporaneidade: novas perspectivas do serviço social, emergência do terceiro setor e responsabilidade social corporativa.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para a globalização econômica, o neoliberalismo e as transformações no mundo do trabalho.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender a gestão de políticas públicas e os mecanismos de participação, tal como a presença e importância do terceiro setor, do voluntariado e da responsabilidade social empresarial no desenvolvimento de políticas públicas; Analisar a importância do serviço Social setor com mediador nas relações sociais no contexto da questão social. Transformar a informação em conhecimento por meio da Interdisciplinaridade com as diversas áreas do saber, para

apreender a situação da desigualdade social nos espaços institucionalizados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA, O NEOLIBERALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA NEOLIBERALISMO. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO. A ATUALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E ALGUMAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO. SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO: APORTES PARA O DEBATE. QUESTÃO SOCIAL NUM MUNDO GLOBALIZADO AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: HERANÇAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS. NOVAS TENDÊNCIAS NA ECONOMIA MUNDIAL E SUAS REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA O MOVIMENTO POPULAR O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DEMANDAS E . O SERVIÇO SOCIAL E A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS DO SÉCULO XXI. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DO ENSINO À PESQUISA. O PROJETO NEOLIBERAL DE RESPOSTA À “QUESTÃO SOCIAL” E A FUNCIONALIDADE DO “TERCEIRO SETOR”. O NOVO TRATO À “QUESTÃO SOCIAL” NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO A INSTRUMENTALIZAÇÃO E A FUNCIONALIDADE DO “TERCEIRO SETOR” PARA PROJETO NEOLIBERAL.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo (1999). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo. BRESSER Pereira, Luiz Carlos (1998). Reforma do Estado para a Cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34. GUERRA, Yolanda (2000). “Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social”. Serviço Social & Sociedade, nº 62. São Paulo, Cortez. HARVEY, David (1993). A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Parte II. São Paulo, Loyola.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

NETTO, José Paulo (1992). Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez. PETRAS, James (1999). Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau, FURB. YAZBEK, Maria Carmelita (1995). “A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social”. Cadernos Abong, nº 3. São Paulo, ABONG.

PERIÓDICOS

CARLOS e. Montaño doutor em serviço social. Prof. Da ufrj. Autor dos livros la naturaleza del servicio social. Un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción (1998) e microempresa na era da globalização (1999). Coordenador da biblioteca latinoamericana de servicio social (cortez). [Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf)

544

A Assistência Social, a Educação Popular e Moradores em Situação de Rua

60

APRESENTAÇÃO

Conceito de pobreza; Histórico e perspectivas; princípios orientadores e conceituais; seguridade social, abrangência dos direitos; gestão, financiamento e controle social; análise das políticas setoriais: trabalho e previdência; assistência social; saúde; criança e adolescente; gestão urbana.

OBJETIVO GERAL

Definir a pobreza como a falta de capacidades humanas básicas, refletidas pelo analfabetismo, pela má nutrição, pela mortalidade infantil elevada, pela esperança de vida reduzida, pela falta de acesso a serviços e infraestruturas necessárias para satisfazer necessidades básicas (saneamento básico, água potável, energia, comunicações, ou seja, acesso a bens e serviços de uso coletivos), mais genericamente, pela incapacidade de exercer os direitos de cidadania.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Apreender as várias dimensões da pobreza, considerando as especificidades históricas, econômicas, sociais e culturais demanda um grande esforço investigativo; Identificar as populações pobres; Saber as principais fontes de informações sobre as condições de vida da população brasileira, abrangendo temas como demografia e aspectos sociais, habitação, educação, trabalho e rendimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCEITO DE POBREZA POBREZA, CONCEITOS E DEFINIÇÕES A RENDA COMO CRITÉRIO ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL AS MEDIDAS DAS NAÇÕES UNIDAS (IDH E IPH) PRINCIPAIS FONTES DE DADOS SEGURIDADE SOCIAL, ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPOSIÇÃO DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRINCÍPIOS INFORMADORES HÁ IGUALDADE NA DESIGUALDADE? ABRANGÊNCIA E LIMITES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DEBATE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

REFERÊNCIA BÁSICA

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. A seguridade social no Brasil. DISPONÍVEL EM www.editorajuspodivm.com.br/.../Pages%20from%20Direito%20Previde...? AUGUSTO, Maria Helena Oliva. POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: algumas questões para reflexão e debate In: Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1) ARTIGO. PAUTASSI, Laura C. Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas In: Sur, Rev. int. direitos human. vol.4 no.6 São Paulo, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 2004. GOVERNADOR VALADARES. Secretaria Municipal de Assistência Social. Diagnóstico da população de Governador Valadares em situação de rua. CAETANO, Cristina Salles; FERNANDES, Simone Maria; COSTA, Zilá Raquel Pereira. Governador Valadares, dez. de 2016. HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. MACHADO, Thayse. População em situação de rua e sociedade: Uma relação marcada por preconceito e estigma. 2014. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. MARX, Karl. O capital. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

PERIÓDICOS

OLIVEIRA, Régis Borges de. CONCEITOS E PRINCIPAIS MÉTODOS EXISTENTES PARA MENSURAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL. Disponível em: www.iica.int/.../brasil/.../Pobreza%20metodologias%20para%20sua%20...?

547

O Serviço Social no Brasil

30

APRESENTAÇÃO

Políticas Sociais; A Saúde e a Assistência Social; Serviço Social nas redes públicas; Saúde no Brasil; Assistência Social no Brasil.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o conceito de seguridade social e sua conformação no Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Explicar o projeto de reforma tributária no congresso e sua implicação para a seguridade social; Identificar a constituição federal de 1988; Diferenciar serviço social, cultura política e humanização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGURIDADE SOCIAL: REDEFININDO O ALCANCE DA CIDADANIA A SEGURIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA CONSTITUINTE O CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL E SUA CONFORMAÇÃO NO BRASIL A TRAJETÓRIA INCOMPLETA O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITUAÇÃO E INSTITUCIONALIDADE EM VISTA DO PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA DIREITOS SOCIAIS ASSOCIADOS A DEVERES FISCAIS A DIMENSÃO ECONÔMICA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE O PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA NO CONGRESSO E SUA IMPLICAÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL CONQUISTAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL VINTE ANOS APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO ANTECEDENTES CONSTITUCIONAIS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO SUS E O SERVIÇO SOCIAL OS ANTECEDENTES A HUMANIZAÇÃO COMO POLÍTICA NACIONAL NA ÁREA DA SAÚDE SERVIÇO SOCIAL, CULTURA POLÍTICA E HUMANIZAÇÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA COM FAMÍLIAS SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO QUE ATRAVESSA SÉCULOS OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E AS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL O TRABALHO COM FAMÍLIAS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

GENTILLI, Raquel de Matos L. Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras Ed, 1998. IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006. _____, Marilda V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Myrian Veras. A Ação Profissional no Cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Orgs) O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 2001. pg 111-121. BELLINI, Maria Isabel Barros. O serviço social e abordagem com famílias: algumas especificidades. Porto Alegre. PUCRS, 1992. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande d Sul, 1992. _____, Maria Isabel Barros. Arqueologia da violência familiar. Porto Alegre.PUCRS,2002.Tese de Doutorado, Faculdade de Serviço Social, PUCRS,2002. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Curitiba: Juruá, 2006. CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS, 1999. FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. São Paulo: Cortez, 1997.

PERIÓDICOS

CRESS. Coletânea de Leis: Revista ampliada. Porto Alegre: 2005.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30
----	--------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997. SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Profissionais graduados em Serviço Social e nas demais áreas do conhecimento, interessados em especializar-se na área do serviço social e as competências profissionais do assistente social para a instrumentalidade do serviço social.